



## **DIREITOS HUMANOS: PRODUZINDO VIDA NA ESCOLA.**

Bernardo Lima de Sena; Tadeu Mattos Farias

*Universidade Potiguar; email: [bd.senna@gmail.com](mailto:bd.senna@gmail.com)*

**Resumo:** O presente trabalho faz parte de um estudo-intervenção junto a um grupo de alunos de Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública do município de Lagoa D'Anta/RN, no que se refere à questão dos Direitos Humanos, tendo início a partir da nossa inserção no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS deste município durante o estágio profissionalizante, do curso de psicologia da Universidade Potiguar. Partimos da noção de subjetividade como socius e do reconhecimento de toda subjetividade como subjetividade de grupo, sendo o mesmo compreendido como um dispositivo para refletir analogias de saber-poder, artifícios instituídos e instituintes nas paisagens as quais as cartografias grupais são formadas, se formam e a formamos enquanto paisagens psicossociais. Nosso intuito maior era focar na potencialização das ações individuais e principalmente coletivas daqueles sujeitos, onde pudemos então concluir que existem diferentes formas de a população encarar questões que envolvem a negação de direitos, alguns apenas conformando-se com o descaso e outros tentando lutar para melhoria da realidade onde vivem. Neste contexto, o grupo é pensado como instrumento de intervenção, ou seja, como uma possibilidade de mudança, de inovação e de símbolo de afirmação de que é possível transformar a partir da construção de um grupo, de um dever inclusão.

### **1. INTRODUÇÃO.**

O presente estudo-intervenção faz parte de um trabalho que realizamos junto a um grupo de alunos de Educação de Jovens e Adultos de uma escola municipal do município de Lagoa D'Anta/ RN, no que concerne a questões relacionadas aos Direitos Humanos, ou melhor, o não acesso aos direitos básicos fundamentais por parte desse grupo, encontrando-se numa condição de um pronto assujeitamento. O trabalho teve início a partir da nossa inserção no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS deste município durante o estágio profissionalizante, do curso de psicologia da Universidade Potiguar. O CRAS é um equipamento público que atua na assistência social básica, operando no aspecto de cuidado de condições de risco, se encontrando, de forma obrigatória, em regiões onde há situações de vulnerabilidades e temeridades sociais, enfocando a família e os ligamentos comunitários, este aparelho é a porta de entrada de oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, operando bem como alvitre na prevenção de ímpetos ligados a questões individuais, familiares e comunitárias. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006).

O CRAS, nesse sentido se caracteriza como um órgão de bastante importância para a entrada de políticas sociais que venham a emancipar (cursos, oficinas) a população que vive em situação de pobreza, proporcionando a construção de situações comprometidas com a



transformação e emancipação dos sujeitos fazendo com que os mesmos sejam protagonistas de suas vidas e promoção dos laços comunitários.

O município de Lagoa D'Anta possui uma área territorial de 99,3 km<sup>2</sup>, equivalendo a 0,19% da área do estado do Rio Grande do Norte, está localizado na microrregião Agreste Potiguar, sendo uma área de transição entre o litoral e o interior. O sistema de saneamento é bastante precário e a captação de água que abastece o município provém de fontes de tratamento, possuindo água encanada na área urbana e em parte da zona rural. No município é praticada a agricultura de subsistência em pequenas propriedades rurais que se constituem basicamente a estrutura fundiária do município.

As culturas predominantes são: milho, feijão e mandioca. A mandioca é cultivada principalmente para fins comerciais, majoritariamente sobre a forma de farinha, sendo a agricultura do município a atividade econômica que abrange desde arar a terra, plantar, colher e fornecer alimentos e matérias-primas para a fabricação de vários produtos, dentre eles, a farinha, produto muito apreciado na região nordeste do Brasil. Devido ao baixo poder aquisitivo, o agricultor ainda utiliza técnicas tradicionais. A privação da utilização da tecnologia mais moderna é refletida negativamente na condição socioeconômica do município.

A goma, a massa e a farinha são a base para as tradicionais comidas da cozinha lagoadantense, como beiju, bolo preto e tapioca. De certa forma, Lagoa D'Anta ainda resiste aos produtos industrializados impostos pela mídia como os melhores e mantém acesa a chama de apreciar essas guloseimas tão apreciadas pelo seu povo, que nas regiões vizinhas recebe o apelido carinhoso de “tapioqueiro”.

A população feminina, principalmente as donas de casa de Lagoa D'Anta ainda aproveitam os recursos fornecidos pelas árvores frutíferas – cajueiros, coqueiros – para a produção de doces em cuja composição entra a rapadura e o mel do engenho. Desta forma, enriquecem a dieta caseira com alimento de valor energético, proteico e vitamínico e ao mesmo tempo preservam receitas tradicionais da cultura alimentar nordestina, como a cocada, o doce americano, o doce de caju, a farinha de castanha e de milho.

O ato de presentear amigos, parentes e vizinhos com estes doces é uma gentileza e prova de cordialidade que persiste nas pequenas comunidades interioranas do nordeste e faz parte do cimento que liga estas pessoas umas as outras, e, em conjunto, a terra onde vivem e trabalham.

O município nos permite uma concepção de territorialidade, que embora apresente elementos advindos de uma ordenação vertical consistente com o poder constituído e a estrutura do sistema capitalista, oferece, entretanto, de maneira mais



nítida, a leitura de uma situação em que a “base popular”, tem suas raízes na construção de um cotidiano caracterizado por um trabalho comum e por uma vida em que a solidariedade e a convivência amigável norteiam os relacionamentos humanos (SENA, 2005).

Neste momento, consideramos que como pequeno município de um estado (Rio Grande do Norte) da região nordeste do Brasil, Lagoa D’Anta representa, como a maioria dos municípios brasileiros, um exemplo de participação indireta e subordinada ao processo de globalização em que o Brasil se insere, ainda que em situação periférica. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância na contemporaneidade (SANTOS, 2004).

## **2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.**

Para pensar sobre questões que produzem diversas formas de assujeitamento e não acesso aos direitos básicos, humanos decidimos partir do lugar teórico-metodológico da cartografia de Deleuze e Guattari, utilizado para o estudo da subjetividade e de seu processo de produção, o que não exige de nós um conjunto de regrinhas prontas, o que requer do interventor-pesquisador a habitação do território investigado e uma implicação no seu trabalho. A cartografia é aqui entendida como um componente segundo o qual toda análise tem uma direção clínico-política e que o conhecer, é, por conseguinte, idealizar, inventar uma realidade de si e do mundo, o que tem implicações políticas (PASSOS; BARROS, 2010).

Entendemos, pois que a aproximação à realidade da qual nos deparamos e que consideramos complexa implica um modo de pensar que abdica as frequentes dualidades natureza/cultura, objetivo/subjetivo e venha a abdicar das metodologias tradicionais. Ao insistirmos, também, na produção de um conhecimento local e transitório, reconhecemos a necessidade de uma pluralidade metodológica. Com isso, queremos afirmar que complexidade é um desafio, que considera o irreduzível, o não homogêneo e a deficiência, reconhecendo as coisas por meio das improbabilidades, dos enigmas e das incoerências (PAULON E ROMAGNOLI, 2010).

Fazendo uma reflexão sobre a proposta de Deleuze e Guattari, do método da cartografia, percebemos que o mesmo não se constitui em um método histórico e longitudinal, mas sim de um método geográfico e transversal. A opção é pela geografia, onde a processualidade ocorre a partir de uma configuração de vetores, forças e linhas que atuam simultaneamente. As configurações subjetivas não apenas resultam de um processo histórico, mas portam em si



mesmas processualidades e guardam potência de movimentos (KASTRUP, 2009).

Como perspectiva de nosso estágio, o desejo consistiu em ir até o povo que era acobertado pelo CRAS, ouvir suas vozes, provocar sua visibilidade e potência, e como muitos dos sujeitos voltaram a estudar após serem excluídos na infância e na adolescência do sistema de ensino, decidimos que nossa intervenção se iniciava a partir deste grupo. Nosso desejo era ouvir os jovens e adultos que frequentavam as turmas de EJA, suas subjetividades. Partimos da noção de subjetividade como *socius* e do reconhecimento de toda subjetividade como subjetividade de grupo (GUATTARI, citado por PASSOS, 2007), e entendemos o grupo como um dispositivo para refletir analogias de saber-poder, artifícios instituídos e instituintes nas paisagens as quais as cartografias grupais são formadas, se forma e a formamos enquanto paisagens psicossociais (PASSOS, 2007; BARROS, 2007; SILVA, 2010).

Como um primeiro recurso que desse início ao nosso plano de trabalho, decidimos realizar em nosso primeiro encontro, uma roda de conversa onde estudantes pudessem por meio do diálogo, expressar o seu pensamento e sentimento, onde poderiam falar do que mais os incomodavam e como isso interferia no cotidiano (SIMONETTI, ADRIÃO & CAVASIN, 2007).

Foi por meio desse recurso que nós mediadores pudemos identificar a situação-problema na qual decidimos intervir, que é a falta ou a limitação de acesso a alguns direitos humanos: saúde, educação, habitação etc.

Em um segundo momento, dando continuidade ao nosso trabalho, optamos por trabalhar com oficinas no sentido de que o grupo pudesse se mostrar de forma integral, englobando sua forma de pensar e de sentir (AFONSO, 2002). Este trabalho foi realizado de março a julho de 2012, e nesse período participamos de oito encontros, consistindo em um total de 16 estudantes.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.**

Ao sairmos de um lugar estritamente tradicional e elitista que é o espaço da clínica, nós psicólogos passamos a adentrar cada vez mais em novas questões agora relacionadas à população, a comunidade, e aos direitos relacionados a estes que estão ancorados em políticas públicas e assistência social, proporcionando desta forma a aproximação da ciência psicológica com as dinâmicas do cotidiano da maioria da população (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).





A partir desta justaposição, nós profissionais passamos a ser transpassados pelos questionamentos sociais, voltados para a crítica e busca de transformações em contextos até então “abandonados” a própria sorte, adentramos, portanto, num campo totalmente “maquiado” por uma aparência disfarçada até o momento. Temos o papel de nos fazermos protagonistas e fazer surgir mais outros no que diz respeito à luta por direitos e mudanças sociais a favor do “bem-estar” social, principalmente de classes desfavorecidas e jogadas ao vento (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Vários são os questionamentos e as problematizações que envolvem a nossa profissão no contexto social e comunitário. O nosso contato com as atividades comunitárias torna-se relevante, pois não nos faz só conhecer os aspectos econômicos e sociais daquele lugar, mas o que sente o que faz e o que pensa diariamente aquela população em relação a si e aos que na comunidade estão inseridos.

Portanto torna-se necessário que nós profissionais da psicologia não fiquemos limitados e estagnados em certos contextos e atuações, é preciso que busquemos novas formas de intervenções que venham suprir as demandas que são apresentadas, contribuindo para que pessoas e grupos comunitários ampliem suas possibilidades de se construírem criativamente e se reinventarem conquistando desta forma seu lugar de direito, de ser e estar no mundo. Portanto problematizar o próprio fazer psicológico neste âmbito torna-se relevante, na medida em que muitos se encontram estagnados e limitados em certos contextos e atuações (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Dessa forma, ao tecermos laços entre a Psicologia e a Assistência Social devemos compreender que a mesma deve está se voltando para a realidade social brasileira, se preocupando com as questões sociais relacionadas segregação/assujeitamento/exclusão, a pobreza gerada pelo poder capitalístico, promovendo a nossa atuação nestes espaços excluídos/assujeitados pelas disparidades socioeconômicas que se observa em nosso país (RAMOS e CARVALHO, 2008).

Desta forma, o nosso papel como profissionais é podermos cooperar com prática que colaboraria para a qualidade de vida dos moradores das comunidades carentes que se localizam em determinados espaços de exclusão (as favelas, as regiões pobres) de forma a contribuir com práticas que podem fornecer subsídios para a melhoria das condições de vida dos sujeitos aí presentes.

Nesse caso nosso papel é com o lugar, com a realidade local, a situação em que as pessoas se encontram, necessitando está incriminado com seu trabalho e com o contexto, objetivando a participação onde todos tenham voz e vez, respeitando o



conhecimento das pessoas, pensando nos indivíduos como agentes ativos na transformação da realidade (GOMES et all, 2010), devendo existir relações de horizontalidade onde os saberes das pessoas sejam valorizados na construção da realidade local, ao mesmo tempo, construindo e trabalhando com ferramentas que possibilitem o empoderamento e promoção de potencialidade da quantia da população deposta de direitos (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002) .

Ao nos depararmos com a realidade deste campo a partir de nossa entrada no CRAS do município de Lagoa d'Anta, percebemos que muitas pessoas acobertadas pela assistência social e seus programas frequentam as escolas públicas de nosso município e para que nosso trabalho ocorresse de maneira mais efetiva precisaríamos ir até onde o povo está. A partir de nosso primeiro contato com a escola de maior porte deste município e alguns encontros com estudantes de Educação de Jovens e Adultos-EJA, Em sua maioria agricultores e raspadeiras de mandioca, que nos relataram suas vidas e suas dificuldades de acesso a uma saúde de qualidade, de acesso a uma educação digna para si e seus descendentes, pois desejavam uma vida diferente das suas, notamos uma verdadeira negação dos Direitos Humanos, de direito a cidadania, o que gera grandes problemas à população local. Decidimos pensar o grupo como um instrumento de mudança, um grupo pensante que se permitisse refletir a realidade na qual se encontrava, potencializando assim aquele contexto e produzindo com isso novos modos de subjetivação.

A noção de subjetividade aqui colocada, não se atenta às questões de identidade, de estrutura psíquica ou de personalidade, sendo que a ideia aqui exposta é a que vem questionar é a que vem questionar a presença e uma interioridade em separado de uma exterioridade (MACHADO, 1999).

Uma subjetividade nos fala de territórios existenciais que podem tornar-se inteiramente fechados às mudanças que podem ocorrer, como os mapas, ou podem tornar-se inteiramente abertos a outras formas de ser como as cartografias. Os processos de subjetivação fazem referência à própria força das mutações, ao devir, ao imprevisível, aos processos de dissolução de formas instituídas, uma espécie de movimento instituinte, que ao se instituir, ao dar a forma de um território, abroilharia uma nova configuração de subjetividade (MACHADO, 1999). E se antigamente falar em direitos humanos era imediatamente interpretado como uma intervenção política, a partir do momento em que esses mesmos direitos humanos passaram a figurar na constituição, a Psicologia passou a ter legitimidade para atuar junto às populações nos assuntos que estivessem relacionados com os direitos humanos.



Uma das primeiras coisas que nos chamou atenção ao entrar em contato com o grupo de estudantes, foi à forma como alguns componentes se mostram passivos diante dos problemas aos quais são submetidos no contexto onde eles se inserem, sempre depositando a terceiros a resolução dos problemas em que a comunidade está exposta, como é possível enxergar na fala de um participante do grupo abaixo:

*“os político num cuida da saúde direito, a gente num tem acesso as coisa, falta merenda na escola direto, meus filhos sempre chega cedo im casa, quase num tem médico, é uma tristeza e num pudemo fazer nada para resolver o problema”.*

A maioria destes estudantes mora na periferia da cidade e em alguns lugares bastante carentes da zona rural. Percebemos que o preconceito está presente na vida destas pessoas. Alguns, morando em um bairro muito estigmatizado chamado de “favela mangueiral”, sofrem na pele as consequências de serem negros, pardos, pobres, sempre rotulados como favelados, mal educados. A esse grupo de estudantes são atribuídas todas as formas de situações negativas: se tem suspeita de alguma droga na escola, a suspeita recai sobre aquele grupo. Como podemos observar, os estigmas aí se apresentam de forma bastante visível. Os estigmas aparecem em várias situações cotidianas, desde o ambiente escolar até o atendimento diferenciado pelos profissionais de saúde do município.

Entendemos “estigma” como um atributo que produz um amplo envilecimento na vida do sujeito; em situa situações derradeiras, é batizado como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro semelhante; isso configura uma oposição entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e provoca um conceito estragado, de pacto com o arquétipo que ajusta à sociedade (MELO, 2000).

O social anula a individualidade e determina o modelo que vela para sustentar o padrão de domínio, cassando aglomerados que irrompem ou arriscam romper com esse arquétipo. O desigual, excluído, analfabeto, refugio passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do emblemático e ocultar o que interessa que é a conservação do aparelho de domínio social (MELO, 2000).



Como grupo formado por alunos de turmas de EJA, percebemos uma baixa estima no que se refere à questão da aprendizagem, pois os mesmos são resultados de um fracasso escolar que resultou em muitas reprovações e evasões durante a infância e a adolescência. São alunos que não tiveram o direito de aprender com qualidade e até na atualidade sofrem as consequências de uma educação deteriorada, muitas vezes se culpando pelos fracassos e dificuldades enfrentados na vida cotidiana. Mesmo assim, apesar do cansaço depois de horas de trabalho e sentimentos de incompetência, o grupo encara a escola ainda como um lugar que pode ajudar a transformação pessoal.

Pensando nisso, na realização dos encontros através de oficinas, procuramos possibilitar uma mudança dessa visão reducionista de que eles eram impotentes. Nosso intuito maior era liberar uma mutação da visão, focando na potencialização das ações individuais e principalmente coletivas daqueles sujeitos, pudemos então concluir as diferentes formas de a população encarar questões como negação de direitos, alguns apenas conformando-se com o descaso e outros tentando lutar para melhoria da realidade onde vivem. A partir desse ponto, a temática “*Direitos Humanos*” foi bastante abordada e aprofundada, com o intuito de permitir ao grupo um maior conhecimento e compartilhá-lo em sala com o objetivo de assim repassar essa ideia de alerta e luta pelos direitos, que são garantidos na Constituição Federal.

Nos primeiros momentos de encontro do grupo percebe-se um estranhamento por parte de alguns integrantes por estarem formando um grupo na escola que vai pensar sobre direitos humanos assim caracterizando movimentos de resistência, esta vinda de um grupo identitário diferente, e quando colocados em um novo espaço, alguns tendem a resistir por produzirem *processos subjetivos* diversos. Segundo Silva (2010, P.4):

*“processos de subjetivação são os modos de sentir, pensar, atuar, sonhar, desejar, ser, devir; modos de ler-se ao ler, de inscrever-se ao escrever, de odiar, sofrer, enfermar-se, amar, viver, modos de fazer cultura, de produzir saúde, de cuidar de si e de inventar o mundo”.*

Veja a seguir a fala de outro componente quando propomos a realização de encontros e a formação de um grupo para a realização de atividades voltadas para a questão dos direitos humanos:

*“Isso é besteira, pra que falar disso, o que vai acontecer, pra tá organizando esse grupo”?*





Por o grupo possuir uma grande variabilidade identitária, vão se estabelecendo relações de saber-poder no grupo, trazendo para o mesmo, momento de grupo-assujeitado, nos quais alguns membros ficavam limitados a algumas questões externas, e em outros momentos grupo-sujeito, em que o mesmo se movimentava para tomar algumas decisões e para agir na produção dos trabalhos e discussões, assim como para ressignificar aquele espaço de vivência.

Como quis Guattari, do grupo-assujeitado ao grupo-sujeito à passagem não se faz por entre dois conjuntos de elementos, dois agrupamentos de indivíduos, mas por entre duas posições, duas atitudes (PASSOS, 2007).

Por um lado, o ethos de submissão, que caracteriza o grupo quando seu funcionamento é heterônomo, estando submetido a regras externas, o que faz da posição subjetiva uma forma de assujeitamento. Por outro lado, há a assunção do grupo à posição da fala irruptiva, em uma ação transgressora dos significantes sociais dominantes e das regras de assujeitamento. O grupo-sujeito opera de maneira autônoma, criando suas próprias regras (PASSOS, 2007, p. 13). Durante o percurso dos encontros e realização das oficinas, percebíamos a formação de um novo grupo-identidade, apesar dos primeiros momentos de resistência no desenvolvimento do trabalho, o grupo posteriormente assume-se como um devir-grupo e começa a quebrar estas resistências identitárias, por uma nova identidade grupal.

Assim temos uma nova produção de subjetividade, que passa a ser definida como “a produção dos modos de existência e invenção cultural do mundo, modos de viver, (re) produzir a história, produzir cultura e reinventar a vida” (SILVA, 2010, p.4). Esta nova produção subjetiva se constituía a partir de um novo campo micropolítico, no qual novas relações de saber-poder se estabeleciam.

Retomando a etimologia da palavra, *politikós* que diz respeito a tudo que se refere à cidade (polis), sendo a arte e a ciência de governar o Estado um de seus aspectos. Com esse sentido ampliado, a política é a forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais. Não mais pensada exclusivamente a partir de um centro do poder (o Estado, uma classe), a política se faz também em arranjos locais, por microrrelações, indicando esta dimensão micropolítica das relações de poder (FOUCAULT, citado por PASSOS e BARROS, 2010, p. 151).

E este devir-grupo produziu novos processos subjetivos e novos desejos, surgindo novas atitudes, novas formas de pensar e agir de forma mais consciente na comunidade onde o grupo vive e convive sobre as mais severas situações de segregação, constituindo-se como uma nova forma de existir e se produzir no mundo.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho pretendeu relatar um estudo-intervenção em uma escola pública municipal do município de Lagoa d'Anta/RN, em que trabalhamos temáticas voltadas para a questão dos *direitos humanos*, onde nos debruçando sobre alguns textos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Universal de Direitos Humanos, nosso objetivo era fazer com que o grupo percebesse esses documentos como ferramentas de transformação, de luta. E nos segurando a propósito da Declaração dos direitos Humanos, necessitamos aproveitá-la como uma estratégia de transvalorização do direito e do humano (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008).

Como cidadãos que somos, ao presenciar situações de sofrimento da população lagoadantense e por termos sentido na pele muitos dos problemas vivenciados por esse povo, decidiram nos jogar no CRAS deste município, nos jogar no sentido de nos doar ao máximo nesse estágio. Decidimos que nosso papel enquanto estudantes, pesquisadores, pessoas, profissionais psicólogos, seria potencializar os sujeitos, ensiná-los e aprender junto com eles a lutar pela vida, a potencializar a vida. Isso atravessou toda a nossa experiência enquanto estagiários/aprendizes/atores/supervisores.

Inicialmente, nosso trabalho foi marcado pela preocupação em compreender os significados construídos socialmente dentro daquele grupo, onde percebemos uma dificuldade de mobilização em busca dos direitos fundamentais garantidos em lei, um grupo rotulado de estereótipos e preconceitos. Porém percebíamos que a escola era encarada como algo positivo. Os processos pelos quais o grupo passou e vivenciou se deu através de uma série de atravessamentos, desde a construção de um grupo, a criação da identidade deste grupo e no reconhecimento dele como um devir-grupo.

#### 4. REFERÊNCIAS.

AFONSO, Lúcia. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

BARROS, Regina Benevides de. **Entrada grupal: uma escolha ético-estético-política**. In: Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. *Psicol. clin.* [Online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 89 -102.

GOMES, Maria Aparecida de França; SANTOS, Regina Maria dos; Oliveira, Antonimária Bandeira de Freitas. **Educação em saúde**. Natal: EDUnP, 2010. 187p.

KASTRUP, Virgínia. In: **Pistas do método da cartografia pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MELO, Zélia Maria. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. PUC-MG. 2000. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>> Acessado em 21/04/2012.

PASSOS, Eduardo. **Quando o grupo é afirmação de um paradoxo (11-19)**. In: BARROS, Regina Benevides de. Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Pesquisa intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos**. In: ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 10, N.1, P. 85-102, 1º QUADRIMESTRE DE 2010 <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf> Acessado em 25/06/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social**. Versão Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

PASSOS, Eduardo, BARROS, Regina Benevides de. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** / Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia (Orgs). Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010.

RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de. **Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária**. *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 174-180. ISSN 1807-0310.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENA, Bernardo Lima de. **Lagoa d'Anta: a cultura da mandioca na vida econômica e cultural do município**. 2005. 78 folhas. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2005.

SILVA, Antônio Vladimir Félix da. **Subjetividade e Cartografias Grupais: uma perspectiva ético-estético-política**. In: Auto-Atendimento UnP. Dinâmica de Grupo, 2010.2 julho a dezembro. Recurso Didático. Natal: Universidade Potiguar, 2010.

SIMONETTI, J.R.; ADRIÃO, M.; CAVASIN, S. **Saúde sexual e reprodutiva: uma experiência de rodas de conversa em Corumbá – Mato Grosso e Foz do Iguazu – Paraná**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil. Brasília, 2007. p. 247-252.



VILLACORTA, Alberto Enríquez; RODRÍGUEZ; Marcos. **Metodologias e ferramentas para programar estratégias de empoderamento**. In:\_\_\_ Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza; Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2002, p.45-60.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de e BARROS, João Paulo Pereira. **Psicologia comunitária e política de assistência social**: diálogos sobre atuações em comunidades. Psicol. cienc. prof. [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 686-699. ISSN 1414-9893.





